

A ilusão biográfica

Pierre Bourdieu

A história de vida é uma daquelas noções do senso comum que entram de contrabando no universo acadêmico; primeiro, sem tambor nem trompete, pelos etnólogos; depois, mais recentemente, e não sem estrondo, entre os sociólogos. Falar de história de vida é pressupor pelo menos, e isto não é pouco, que a vida é uma história e que, como no título de Maupassant, *Une vie*, uma vida é inseparavelmente o conjunto de acontecimentos de uma existência individual concebida como uma história e o relato desta história. É o que diz o senso comum, ou seja, a linguagem ordinária, que descreve a vida como um caminho, uma rota, uma trilha, com suas encruzilhadas (Hércules entre o vício e a virtude), suas armadilhas e emboscadas (Jules Romains fala de “sucessivas emboscadas de competições e exames”), ou como uma trajetória, ou seja, um caminho que trilhamos ininterruptamente, um trajeto, um curso, uma passagem, uma viagem, um percurso orientado, um deslocamento linear, unidirecional (a “mobilidade”), que compreende um começo (“um começo de vida”), algumas etapas e um fim, no duplo sentido, de término e de finalidade (“ele trilhará o seu caminho” significa que terá sucesso, terá uma bela carreira), um fim da história. É aceitar tacitamente a filosofia da história em seu sentido de sucessão de acontecimentos históricos, *Geschichte*, que está implicada em uma filosofia da história no sentido de narrativa histórica, História, em síntese, em uma teoria da narração, uma narrativa do historiador ou do romancista, sob este aspecto indiscerníveis, a biografia ou autobiografia notadamente.

Sem pretender exaurir o tema, podemos tentar identificar alguns dos pressupostos dessa teoria. Antes de tudo, o fato de a “vida” constituir um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser entendido como a expressão unitária de uma “intenção” subjetiva e objetiva, de um projeto: a noção sartriana de “projeto original” apenas torna explícito aquilo que está implícito no “agora”, no “a partir de então”, no “desde sua tenra idade”, etc., das biografias ou nos “sempre” das histórias de vida (eu sempre amei música). Essa vida organizada como uma história se desenrola de acordo com uma ordem cronológica que também é uma ordem lógica, desde o início uma origem, no duplo sentido de ponto de partida, o início, mas também o princípio, a

razão de ser, a causa primeira, até seu término, que é também um objetivo. A narrativa, seja ela biográfica ou autobiográfica, assim como aquela do entrevistado que se dirige ao entrevistador, propõe acontecimentos que, por não se desenrolarem em uma estrita sucessão cronológica (qualquer um que coletou histórias de vida sabe que os entrevistados perdem constantemente o fio da sucessão cronológica), tendem ou pretendem se organizar de acordo com sequências ordenadas por relações inteligíveis. O sujeito e o objeto da biografia (o entrevistador e o entrevistado) têm, de alguma maneira, o mesmo interesse em aceitar o *postulado do sentido da existência* relatada (e, implicitamente, de toda a existência). Sem dúvida, temos o direito de supor que a narrativa autobiográfica sempre é inspirada, ao menos em parte, pela preocupação de dar sentido, de dar razão, de identificar uma lógica por vezes retrospectiva, por vezes prospectiva, uma consistência e uma constância, estabelecendo-se relações inteligíveis, como aquelas dos efeitos das causas eficientes ou finais, entre os estados sucessivos, constituídos como estágios de um desenvolvimento necessário. (E é provável que essa busca pela coerência e a necessidade seja a princípio vantajosa, variando de acordo com a posição e a trajetória que os entrevistados têm na iniciativa biográfica)¹. Essa tendência de se tornar o ideólogo da própria vida, selecionando, em função de uma intenção global, certos acontecimentos significativos e estabelecendo entre eles conexões próprias com intuito de lhes dar coerência, como aqueles que implicam a instituição de determinados acontecimentos como causas ou, mais comumente, como fins, encontra a cumplicidade natural do biógrafo, que por suas disposições de profissional da interpretação tende a aceitar essa criação artificial de sentido.

É relevante que o abandono da estrutura do romance como narrativa linear tenha coincido com o questionamento da ideia da vida como uma existência dotada de sentido, com dupla acepção de significado e direção. Essa dupla ruptura, ilustrada pelo romance de Faulkner *O som e a fúria*, expressa-se com mais clareza na definição da vida como anti-história proposta por Shakespeare ao final de *Macbeth*: “É uma história que conta um idiota, uma história cheia de barulho e fúria, mas vazia de significação”. Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, ou seja, como uma narrativa coerente de uma sequência significativa de acontecimentos concatenados, talvez implique sacrificar-se a uma ilusão retórica, a uma representação comum da existência, que toda uma tradição literária insiste em fortalecer. É por isso que tem

¹ Cf. F. Muel-Dreyfus, *Le métier d'éducateur*, Paris, Édition de Minuit, 1983.

sentido pedir ajuda àqueles que tiveram que romper com essa tradição no campo de sua conquista exemplar. Como indica Alain Robbe Grillet, “o advento do romance moderno está ligado precisamente a esta descoberta: a realidade é descontínua, formada por elementos únicos justapostos sem razão de ser, difíceis de entender na medida em que ocorrem de forma imprevisível, sem propósito e aleatoriamente”²

A invenção de um novo modo de expressão literária revela, *a contrario*, a arbitrariedade da representação tradicional do discurso romanesco como uma história coerente e totalizante, e a filosofia da existência que essa convenção retórica implica. Nada obriga a adotar a filosofia da existência, que, para alguns de seus fundadores, é inseparável dessa revolução retórica³, mas não podemos de maneira alguma evitar a questão dos mecanismos sociais que favorecem ou autorizam a experiência ordinária da vida como unidade e totalidade. Como responder, sem ir além dos limites da sociologia, a velha interrogação empirista da existência de um “eu” irreduzível à rapsódia de sensações singulares? Sem dúvida, podemos encontrar no *habitus* o princípio ativo, irreduzível às percepções passivas, da unificação de práticas e representações (isto é, o equivalente, historicamente constituído, logo, historicamente situado, desse eu cuja existência, segundo Kant, nós devemos postular para dar conta da síntese dos vários aspectos sensíveis da intuição e da conexão de representações em uma consciência). Mas essa identidade prática se consagra à intuição apenas pela inesgotável série de manifestações sucessivas, de modo que a única maneira de apreendê-la como tal consiste em tentar inseri-la na unidade de uma narrativa totalizante (como autorizam as diferentes formas, mais ou menos institucionalizadas, de “falar de si”, de confidência, etc.).

O mundo social, que tende a identificar a normalidade com a identidade, entendida como constância de si mesmo de um ser responsável, ou seja, previsível ou, no mínimo, inteligível, à maneira de uma história bem construída (em oposição à história contada por um idiota), dispõe de todos os tipos de instituições de totalização e de unificação do eu. A mais evidente é obviamente o nome próprio, que, como “designador rígido”, segundo a expressão de Kripke, “designa o mesmo objeto em qualquer universo possível”, ou seja, concretamente, em momentos diferentes do

² A. Robbe-Grillet, *Le miroir qui revient*, Paris, Édition de Minuit, 1984, p.208.

³ “Tudo isso é real, ou seja, fragmentário, fugidio, inútil, tão acidental e tão particular que qualquer acontecimento parece em todos os momentos como gratuito, e toda a existência em última instância é isenta de qualquer significação unificadora (A. Robbe-Grillet, *ibid.*)” (Tradução nossa).

mesmo campo social (constância diacrônica) ou em diferentes campos ao mesmo tempo (unidade sincrônica para além da multiplicidade de posições ocupadas)⁴. Ziff, que descreve o nome próprio como "um ponto fixo em um mundo em movimento", está certo em ver nos "ritos batismais" o modo necessário de atribuição de identidade⁵. Por essa forma singular de nomeação que o nome próprio constitui é estabelecida uma identidade social constante e duradoura, que garante a identidade do indivíduo biológico em todos os campos possíveis nos quais ele intervirá como agente, ou seja, em todas as suas histórias de vida possíveis. O nome próprio "Marcel Dassault" é, em conjunto com individualidade biológica cuja forma socialmente instituída ele representa, aquilo que garante a constância ao longo do tempo e a unidade através dos espaços sociais de diferentes agentes sociais, que são a manifestação desta individualidade nos diferentes campos - o chefe da empresa, o chefe da imprensa, o deputado, o produtor do filme etc.; e não é por acaso que a assinatura, *signum authenticum*, que autentica essa identidade é a condição jurídica das transferências de um campo para outro, ou seja, de um agente para outro, das propriedades vinculadas a um mesmo indivíduo. Como instituição, o nome próprio está atrelado ao tempo e ao espaço e às variações de acordo com os lugares e os momentos: assim, ele assegura aos indivíduos designados, apesar de todas as mudanças e flutuações biológicas e sociais, a constância nominal, a identidade no sentido de identidade de si mesmo, a *constantia sibi*, exigida pela ordem social. E entendemos que, em muitos universos sociais, os deveres mais sagrados para consigo mesmo assumem a forma de deveres em relação ao nome próprio, que também é parcialmente um nome comum, como um nome de família especificado por um primeiro nome. O nome próprio é o atestado visível da identidade de seu portador através dos tempos e dos espaços sociais, o fundamento da unidade de suas manifestações sucessivas e a possibilidade socialmente reconhecida de totalizar essas manifestações nos registros oficiais, *curriculum vitae*, *cursus honorum*, antecedentes criminais, obituário ou biografia, que constituem a vida em sua totalidade pelo veredito dado por um balanço provisório ou definitivo. "Designador rígido", o nome próprio é a forma por excelência da imposição arbitrária que os ritos da instituição operam: a nomeação e a classificação introduzem divisões claras e absolutas, indiferentes às particularidades circunstanciais e aos acidentes individuais, nas turvas e fluídas

⁴ Cf. S. Kripke, *La logique des noms propres* (Naming and Necessity), Paris, Éditions de Minuit, 1982; et aussi P. Engel, *Identité et référence*, Paris, Pens, 1985.

⁵ Cf. P. Ziff, *Semantic Analysis*, Ithaca, Cornell University Press, 1960, pp. 102-104

realidades biológicas e sociais. Assim se explica por que o nome próprio não pode descrever propriedades e por que não transmite informação alguma sobre aquele que nomeia: o que ele designa é apenas uma rapsódia composta e uma confusão de propriedades biológicas e sociais que mudam constantemente; todas as descrições seriam válidas apenas dentro dos limites de uma arena ou de um espaço. Em outras palavras, ele só pode atestar a identidade da personalidade como uma individualidade socialmente constituída à custa de uma formidável abstração. É isso que é lembrado no uso incomum que Proust faz do nome próprio precedido pelo artigo definido (“O Swann do Palácio de Buckingham”, “A Albertine de então”, “A Albertine emborrachada dos dias de chuva”), uma construção complexa pela qual se enunciam de uma só vez tanto a “revelação repentina de um sujeito fracionado e múltiplo” quanto a permanência apesar da pluralidade de mundos de identidade socialmente atribuídos pelo nome próprio⁶.

Assim, o nome próprio é o suporte (atrevemo-nos a dizer: a substância) do que chamamos de status civil, ou seja, desse conjunto de propriedades (nacionalidade, sexo, idade etc.) vinculadas às pessoas às quais o direito civil associa efeitos jurídicos e que instituem, sob a ilusão de lhes constatar, os atos da vida civil. Produto do rito de instituição inaugural que marca o acesso à existência social, ele é o objeto real de todos os ritos de instituição ou de nomeação sucessivos através dos quais a identidade social é construída: esses atos (comumente públicos e solenes) de atribuição, operados sob o controle e com a garantia do Estado, também são designações rígidas, ou seja, válidas para todos os mundos possíveis, que desenvolvem uma verdadeira descrição oficial desta espécie de essência social, transcendente às flutuações históricas, que a ordem social institui por meio do nome próprio; eles repousam todos no postulado da constância nominal que pressupõem todos os atos de nomeação e, também, todos os atos jurídicos que envolvem um futuro a longo prazo, como certificados que garantem de modo irreversível uma capacidade (ou incapacidade), contratos que envolvem um futuro distante, contratos de crédito ou seguro, sanções penais ou qualquer condenação que pressuponha o conhecimento da identidade daquele que cometeu o crime e está sujeito à punição⁷.

⁶ E. Nicole, *Personnage et rhétorique du nom, Poétique*, 46, 1981, pp. 200-216.

⁷ A dimensão estritamente biológica da individualidade - que o status civil apreendido sob a forma descritiva e da fotografia de identidade - está sujeita a variações de acordo com o tempo e o local, ou seja, os espaços sociais que a tornam uma base muito menos segura do que a pura definição nominal (sobre as variações da saúde corporal de acordo com os espaços sociais, podemos ler S. Maresca: “La

Tudo nos permite supor que a história de vida tende a se aproximar cada vez mais do modelo oficial da apresentação oficial de si mesmo, carteira de identidade, estado civil, *curriculum vitae*, biografia oficial, e da filosofia da identidade que o sustenta, que nos aproximam dos interrogatórios oficiais dos inquéritos oficiais - cujo limite é a investigação judicial ou policial -, ao mesmo tempo que nos afastamos das trocas íntimas entre familiares e da lógica da confiança que prevalece nesses campos protegidos. As leis que governam a produção do discurso na relação entre um *habitus* e um campo aplicam-se a essa forma específica de expressão que é o discurso de si; a história de vida variará, tanto em sua forma quanto em seu conteúdo, a depender da qualidade social do campo em que será oferecida - a própria situação da entrevista contribui inevitavelmente para determinar o discurso coletado. Mas o objetivo próprio desse discurso, ou seja, a apresentação pública, logo, a formalização de uma representação privada da própria vida, pública ou privada, implica uma restrição adicional e uma censura específica (por isso as sanções legais contra a usurpação de identidade). E tudo nos leva a supor que as leis da biografia oficial tenderão a se impor muito além das situações oficiais, através dos pressupostos inconscientes da entrevista (como a preocupação com a cronologia e tudo o que é inerente à representação da vida como história), através também da situação de pesquisa, a depender da distância objetiva entre o pesquisador e o pesquisado, e, de acordo com a capacidade do primeiro de “manipular esse relacionamento, a pesquisa sociológica pode variar da suave forma de entrevista oficial, que é mais frequentemente, à confissão, através da representação mais ou menos consciente que o entrevistado fará da situação de pesquisa, em função de sua experiência direta ou mediata de situações equivalentes (entrevista de escritor famoso ou de político, situação de exame, etc.) e que orientará todo seu esforço de apresentação de si, ou melhor, de sua produção de si.

A análise crítica de processos sociais em curso mal analisados, sem o conhecimento do pesquisador e com sua cumplicidade, na construção desse tipo de artefato socialmente impecável que é “história da vida”, e particularmente no privilégio concedido à sucessão longitudinal dos acontecimentos que constituem a vida considerada como história em relação ao espaço social em que os acontecimentos ocorrem, não é um fim em si mesma. Essa análise nos conduz a construir a noção de

trajetória como uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) em um espaço em constante construção e sujeito a transformações incessantes. Tentar entender uma vida como uma série única de acontecimentos sucessivos sem outro vínculo além da associação a um "sujeito" cuja constância é sem dúvida aquela do nome próprio é tão absurdo quanto tentar explicar a trajetória do metrô sem levar em conta a estrutura da rede, ou seja, a matriz de relações objetivas entre as diferentes estações. Os acontecimentos biográficos são definidos como muitos posicionamentos e deslocamentos no espaço social, ou seja, mais precisamente, nos diferentes estados sucessivos da estrutura de distribuição das diferentes espécies de capital envolvidas em dado campo. O sentido do movimento que leva de uma posição a outra (de uma posição profissional para outra, de uma editora para outra, de um bispado para outro etc.) é definido no relacionamento objetivo entre o significado e o valor em determinado momento dessas posições dentro de um espaço. Isso significa que só se pode entender uma trajetória (ou seja, o envelhecimento social que, embora inevitavelmente o acompanhe, seja independente do envelhecimento biológico) com a condição de ter construído previamente os estados sucessivos do campo em que se desenrolou, portanto, o conjunto de relações objetivas que uniram o agente considerado - pelo menos em um certo número de estados relevantes - ao conjunto de outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço de possibilidades. Essa construção prévia também é condição para qualquer avaliação rigorosa do que pode ser chamado de superfície social, como uma descrição rigorosa da personalidade designada pelo nome próprio, ou seja, o conjunto de posições simultaneamente ocupadas em um determinado momento por uma individualidade biológica socialmente instituída, atuando como suporte de um conjunto de atributos próprios que lhe permite intervir como um agente eficiente em diferentes campos⁸.

⁸ A distinção entre o indivíduo concreto e o indivíduo construído, o agente eficiente, é combinada com a distinção entre o agente eficiente em um campo e a personalidade, caracterizada pelo indivíduo biológico socialmente instituído por nomeação e portadora de propriedades e de poderes que lhe proporcionam (em alguns casos) uma superfície social, ou seja, a capacidade de existir como agente em diferentes campos. Isso traz uma série de problemas normalmente negligenciados, particularmente no levantamento estatístico: é assim que, por exemplo, pesquisas com "elites" farão desaparecer a questão da superfície social, caracterizando indivíduos com múltiplas posições por uma de suas propriedades consideradas dominantes ou decisivas, trazendo o chefe da indústria, que também é o chefe da imprensa na categoria de chefes, etc. (esse apagamento, entre outras coisas, terá o efeito de eliminar dos campos da produção cultural todos os produtores cuja atividade principal está localizada em outros campos, deixando escapar certas propriedades do campo).

A necessidade desse desvio através da construção do espaço parece tão óbvia assim que é enunciada - quem sonharia em fazer uma viagem sem ter uma ideia da paisagem em que é realizada? - que seria difícil entender que não seja de imediato imposta a todos os pesquisadores se apenas soubéssemos que o indivíduo, a pessoa, o eu, "o mais insubstituível dos seres", como dizia Gide, em direção ao qual nos remete uma irresistível pulsão narcísica socialmente reforçada, é também a mais real, na aparência, das realidades, o *ens realissimum*, imediatamente entregue à nossa fascinada intuição, *intuitus personae*.